

CAMPUS REALENGO

FISIOTERAPIA

MONIQUE EVELYN DE SOUZA LEITE

FERNANDES

**O FISIOTERAPEUTA E A SAÚDE DA
POPULAÇÃO LGBTI+**

IFRJ – CAMPUS REALENGO

2023

MONIQUE EVELYN DE SOUZA LEITE FERNANDES

O FISIOTERAPEUTA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTI+

Trabalho de conclusão de curso apresentada à coordenação do Curso de Fisioterapia, como cumprimento parcial das exigências para conclusão do curso.

Orientador: Profa. Dra Leda Glicério Mendonça

IFRJ- CAMPUS REALENGO

2023

IFRJ – CAMPUS REALENGO

F363f Fernandes, Monique Evelyn de Souza Leite
O Fisioterapeuta e a saúde da população LGBTI+ / Monique
Evelyn de Souza Leite Fernandes - Rio de Janeiro, 2023.
41 f. ; 30 cm.

Orientação: Leda Glicério Mendonça.
Trabalho de conclusão de curso (graduação), Bacharelado em
Fisioterapia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio de Janeiro, Campus Realengo, 2023.

1. Fisioterapia. 2. Saúde LGBT. 3. Políticas públicas. 4.
Diversidade de gênero. I. Mendonça, Leda Glicério , **orient.** II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de
Janeiro. III. Título

MONIQUE EVELYN DE SOUZA LEITE FERNANDES


O FISIOTERAPEUTA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTI+

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Fisioterapia, como cumprimento parcial das exigências para conclusão do curso.


Aprovada em 07 de julho de 2023

Conceito: 6,3 (seis vírgula três)


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 LEDA GLICERIO MENDONCA
Data: 06/07/2023 13:30:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Dra Lêda Glicério Mendonça (Presidente da banca)

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA MAMEDE GOMES
Data: 10/07/2023 17:52:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Msc. Luciana Mamede Gomes

Documento assinado digitalmente
 MICHELLE GUIOT MESQUITA
Data: 10/07/2023 11:46:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra Michelle Guiot Mesquita

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Welington, que já se foi, cujo grande sonho era me ver formada e sempre fez de tudo pela família. Sou grata a minha mãe por todo o sacrifício e apoio para que eu chegasse até aqui. À minha irmã e minha sobrinha, muito obrigada pelo carinho.

Allesander, obrigada por ser tão companheiro e me apoiar em todos os bons e maus momentos. Agradeço aos meus amigos que fizeram parte dessa jornada comigo, sem vocês eu teria enlouquecido. Aos meus mestres, principalmente a professora Leda, que fez toda a diferença nestes anos, obrigada pelo apoio, paciência e companheirismo.

FERNANDES, Monique Evelyn de Souza Leite. O Fisioterapeuta e a saúde da população LGBTI+. f. 41. Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Realengo, Rio de Janeiro, RJ, 2023.

O FISIOTERAPEUTA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTI+

RESUMO

Trata-se de um levantamento bibliográfico de caráter exploratório, com o intuito de desenvolver uma análise descritiva acerca das produções científicas sobre o atendimento fisioterapêutico a população LGBTI+. Foi realizada uma revisão da literatura que subsidiou a síntese de conhecimento e a discussão proposta neste trabalho. O levantamento dos trabalhos foi realizado por meio da base de dados eletrônica PeDro, *PUBMED*, *BVS*, *CAPES* e *Google Acadêmico*. Em princípio utilizamos as palavras-chave (Fisioterapia + LGBT). Como o retorno era desprezível aumentamos as palavras-chave para (fisioterapia + saúde LGBT + políticas públicas + transgênero + diversidade de gênero + gender diversity + public nondiscrimination policies + physical therapy specialty + transgender person.) até que nos retornam-se pelo menos 10 manuscritos. O período de busca dos dados compreendeu entre 2000 a 2022. Após recuperação dos artigos foram estabelecidos os critérios de inclusão para triagem dos mesmos, sendo os de inclusão: artigos dos últimos 10 anos, podendo conter artigos de anos anteriores caso sejam de grande relevância para compreensão do contexto, em idiomas em português e inglês, disponíveis em texto completo de forma gratuita. Foram excluídos estudos duplicados ou quando o estudo tinha acesso limitado na plataforma. O resultado obtido foi de que a principal atribuição do profissional fisioterapeuta na saúde da população LGBTI+ é na recuperação do assoalho pélvico após cirurgia de redesignação sexual para mulher trans. A intervenção em homens trans é praticamente desprezível. Isso nos força dizer que é necessário deflagrar a discussão sobre a diversidade sexual na formação do fisioterapeuta e demais profissionais em saúde, tendo em conta que as políticas públicas para a diversidade sexual já existem no Brasil.

Palavras-chave: fisioterapia; saúde LGBT; políticas públicas; diversidade de gênero.

ABSTRACT

This is an exploratory bibliographical survey, with the aim of developing a descriptive analysis of scientific productions on physiotherapeutic care for the LGBTI+ population. A literature review was carried out, which supported the synthesis of knowledge and the discussion proposed in this work. The survey of the works was carried out through the electronic database PeDro, PUBMED, BVS, CAPES and Google Scholar. In principle, we used the keywords (Physiotherapy + LGBT). As the return was negligible, we increased the keywords to (physiotherapy + LGBT health + public policy + transgender + sexual diversity.) until at least 10 different manuscripts were returned. The data search period comprised between 2000 and 2022. After retrieving the articles, the inclusion criteria for sorting them were established, the inclusion criteria being: articles from the last 10 years, which may contain articles from previous years if they are of great relevance to understanding of the context, in Portuguese and English, available in full text free of charge. Duplicate studies or when the study had limited access on the platform were excluded. The result obtained was that the main attribution of the professional physiotherapist in the health of the LGBTI+ population is the recovery of the pelvic floor after sexual reassignment surgery for trans women. Intervention in trans men is practically negligible. This forces us to say that it is necessary to trigger the discussion on sexual diversity in the training of physiotherapists and other health professionals, considering that public policies for sexual diversity already exist in Brazil.

Key Words: *physiotherapy; LGBT health; public policy; gender diversity.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	133
2.1. Geral.....	133
2.2. Específicos.....	133
3. REFERENCIAL TEÓRICO	144
3.1. PERFIL DO FISIOTERAPEUTA.....	144
3.2. SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT IAP+ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	166
4. METODOLOGIA	20
5. RESULTADOS.....	21
6. DISCUSSÃO.....	36
7. CONCLUSÃO.....	38
8. REFERÊNCIAS.....	39

Lista de Siglas TCC:

COBRAAF – Congresso Brasileiro de Fisioterapia;

CID - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde;

CRS – Cirurgia de Redesignação Sexual;

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais;

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexos e demais identidades de gênero e orientações sexuais.

NUGEDS – Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual;

ONU – Organização das Nações Unidas;

SUS – Sistema Único de Saúde;

INTRODUÇÃO

Atualmente, quando perguntado sobre a atuação do fisioterapeuta na população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais), observa-se um baixo registro de trabalhos científicos específicos de Fisioterapia para a população LGBTI+, além de poucas discussões acerca deste assunto, tanto quanto a inserção do Fisioterapeuta nesses espaços de atendimento a saúde desta população, já que é bem mais comum encontrar registros de atuação profissional de outros campos da saúde como a medicina e a enfermagem. Esta é uma análise descritiva exploratória acerca das produções científicas sobre o atendimento fisioterapêutico a população LGBTI+.

Uma primeira questão que é necessária se destacar é a forma como será denominada essa população nesta monografia – LGBTI+. É uma escolha política embasada em Carvalho e Menezes (2021), pesquisadores da área da Saúde dessa população em que se levam em consideração as principais categorias e se exclui o termo Queer, por ser esse importado dos Estados Unidos e o interesse aqui é discutir a realidade brasileira.

Hoje, a nível nacional, temos 2,9 milhões de pessoas que se declaram gays, lésbicas, bissexuais, assexuais ou pansexuais no Brasil, ou seja, cerca de 1,8% da população (IBGE, 2019). Se levarmos em consideração que essa pesquisa contabiliza a autodeclaração a partir de 18 anos de idade, abordando os que quiseram/souberam se autodeclarar este percentual pode ser maior. Destaca-se a importância desse dado, pois são, 1,8% da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo atendida em diferentes níveis de atenção à saúde, sendo negligenciada a subjetividade e a sexualidade deste usuário.

O fisioterapeuta atua em três níveis no SUS, a atenção básica, secundária e alta complexidade, então, o papel do fisioterapeuta vai além do reabilitar. O fisioterapeuta tem uma generalidade e pluralidade grande dentro do SUS em sinergia com as políticas públicas de saúde.

A população LGBTI+ possui pouca assistência em suas necessidades, já que mesmo com a disponibilidade da Fisioterapia no SUS, os espaços para atuação do fisioterapeuta dentro do SUS com espaços próprios de atuação tanto nos hospitais nas áreas cardiorrespiratórias, musculoesqueléticas, assim como no âmbito clínico ambulatorial, na prevenção e promoção da saúde. Porém ainda são escassos os registros da atuação da fisioterapia para esta parcela da população.

As políticas públicas de saúde brasileiras são diretrizes, que regem de forma norteadora o poder de ação, regras e a relação do poder público com a sociedade e do Estado, e, por isso, podem ser visualizadas como políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos oficiais, tais como leis, programas etc. (TEIXEIRA, 2002). A população LGBTI+ possui marcos que marcam o direito a saúde em 2004, que caracteriza a iniciativa da formalização do comitê técnico “Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais”, pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de uma estruturação de uma Política Nacional de Saúde para essa população. Em primeiro de dezembro de 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBTI+ (BRASIL, 2011) no plano do SUS, tornando-se um marco histórico evidenciando o reconhecimento de uma população vulnerável sobre as demandas que ela necessita um documento norteador que reconhece essas necessidades e especificidades que estão previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

Outro marco histórico o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+). Sendo um órgão de natureza consultiva e deliberativa, tendo como objetivos colaborar com a formulação e o estabelecimento de ações, de diretrizes e medidas governamentais referentes às pessoas LGBTQIA+, por meio do Decreto 11.471 de 2023 assinado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sendo composto por 19 representantes do governo federal e outros 19 da sociedade civil.

O fisioterapeuta tem como critério proporcionar aos indivíduos gozar de uma vida mais saudável e de melhor qualidade. O exercício da fisioterapia, então, é promover a saúde em sua coletividade, assim como a educação e a prevenção de doenças e acidentes além de restituição da atividade funcional (CREFITO 5, 2014). Desta forma entendemos que o fisioterapeuta no exercício de sua profissão deve ser um promotor de saúde e bem-estar despertando a mudança na vida de cada usuário do SUS, proporcionando o desenvolvimento do conhecimento consciente das necessidades e principalmente das diversidades ao redor do usuário da saúde pública.

Tendo em vista o quadro exposto até então, a seguinte pergunta se impõe: Qual o papel do fisioterapeuta no atendimento à saúde da população LGBTI+?

O meu interesse no assunto aqui abordado surgiu em consideração a minha participação como aluna membro no Núcleo de gênero e diversidade sexual (NUGEDS) do Instituto Federal do Rio de Janeiro-*campus* Realengo, onde as temáticas acerca da saúde de gênero e da população LGBTI+ eram discutidas nos mais variados aspectos além da minha participação no COBRAAF (Congresso Brasileiro de Fisioterapia) em 2022, que me permitiu experienciar em uma mesa redonda pela primeira vez na história do evento a abordagem do tema da atuação do fisioterapeuta na saúde da população LGBTI+ (assim essa população foi denominada no evento) se tornando mais um incentivo a abordar nesta monografia o tema aqui proposto já que o COBRAAF é um evento de grande impacto na área. Entretanto, a pesquisa encontrou um limitador de resultados com a não disponibilidade do material em vídeo, ou da transcrição dele nos *anais* do evento, o que me forçou a tentar buscar outras fontes de dados.

Então, para tentar responder à pergunta norteadora, esta pesquisa apresentará uma revisão bibliográfica onde a fonte de busca na literatura foram artigos com a atuação do fisioterapeuta na saúde da comunidade LGBTI+ entre os anos de 2000 a 2022 nas bases de busca Plataforma *Pedro*, *PubMed*, Portal Capes, BVS, *Google Acadêmico* e, a partir disso descrevemos os trabalhos encontrados sobre a atuação fisioterapêutica para esta parcela da população.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Apurar as produções científicas a respeito do atendimento fisioterapêutico de forma exploratória e descrever os estudos encontrados na atuação dos profissionais de Fisioterapia em assistência à saúde da população LGBTI+.

2.2. Específicos

1. Realizar uma revisão acerca das produções científicas sobre o atendimento fisioterapêutico a população LGBTI+.
2. Descrever o atendimento fisioterapêutico para a população LGBTI+ em todos os níveis de atenção em saúde sob um olhar ampliado em saúde.

Para dar conta dessa demanda o trabalho está subdividido após essa introdução em: referencial teórico em que é apresentado o perfil do fisioterapeuta e a construção das políticas públicas em prol da Saúde da população LGBTI+, no que corrobora a atuação desse profissional de saúde atento para a saúde da diversidade. Segue-se a metodologia em que é explicado o percurso do trabalho. Na seção resultados e discussão são apresentados os poucos trabalhos que tratam do assunto e, por fim as conclusões que surgiram a partir dessa leitura.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. PERFIL DO FISIOTERAPEUTA

A implementação da Fisioterapia no Brasil em 1919. A evolução do curso se deu através de avanços importantes com a inserção desse profissional no serviço de saúde brasileiro. A profissão iniciou com a formação em curso de nível médio técnico e evoluiu para formação em curso de nível superior na década de 1950/1960, (Haddad *et all.* 2016).

As Diretrizes curriculares indicam o desenvolvimento de habilidades e competências de um profissional bem-preparado para sua atuação futura. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) todos os cursos de graduação da área de saúde devem garantir os direitos e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Então, o perfil do egresso deve estar pautado no desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e prerrogativas para uma formação que lida com projetos humanos e de vida garantidos e continuados dentro da integralidade da atenção e a universalidade do acesso dentro da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no atendimento ao indivíduo que necessitar do serviço (Conselho Nacional de Saúde. 2017).

De acordo com as resoluções do COFFITO de 2009 e 2011 foi determinado a denominação de especialista em Saúde da mulher aos Fisioterapeutas, abrangendo todo o conhecimento e competência prevista no exercício de suas funções o atendimento nas grandes áreas físicas e cinesiofuncional do sistema uroginecológico, mama, aparelho reprodutor feminino, coloproctológico, dentre outras, que determinam uma excelência na capacitação do profissional, porém com todo este avanço ainda não possuímos abrangência nas questões de saúde LGBTI+ e nas CRS (cirurgia de redesignação de gênero).

As DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) apontam a necessidade da construção das competências nos currículos trazidas principalmente através dos alunos que estão em curso dos estágios onde convivem de forma prática com a realidade política e social do indivíduo que busca o atendimento do serviço de saúde (MONTEIRO. 2020).

Com base nas diretrizes da CNS e das DCNs do curso de Fisioterapia esta monografia desenvolveu um pensamento crítico e questionador acerca dos estudos disponíveis oferecidos atualmente para a atuação do Fisioterapeuta a população

LGBTI+, o que, de fato, reflete a pouca abordagem do tema ao longo dos currículos convencionais. Lima *et all* (2021) deixam explícito que a Fisioterapia ainda é um campo ao qual se faz necessário trabalhar e discutir essas fragilidades no âmbito acadêmico, bem como no profissional. É importante estabelecer estratégias de visibilidade e problematização do respeito à diversidade sexual e de gênero ao longo do currículo formal. O estudo aqui mencionado ainda reforça que os conteúdos acadêmicos relacionados à saúde da população LGBTI+ se mostram escassos ao longo da graduação de Fisioterapia, tais como os direitos da de acesso à saúde dessa população.

Ainda de acordo com LIMA, *et al.* 2021, o escopo dos pilares do atendimento do Sistema Único de saúde (SUS) para essa parcela da população: a universalidade, a equidade e a integralidade permanecem ainda às margens do ideal de acolhimento e atendimento adequado. Esse fato demonstra o triste impacto na realidade da formação desse profissional, tornando clara a necessidade de mudanças do pensamento heteronormativo compulsório na abordagem curricular para que haja a desconstrução de dúvidas e preconceitos, além do melhor preparo para a assistência profissional para atender a diversidade no futuro.

Macedo *et all* (2022) também se debruçaram escreveram um artigo que discutiu a formação de graduandos dos cursos da área da saúde de uma instituição de ensino superior (IES) situada em um município da grande São Paulo em relação ao que era discutido sobre a saúde da população LGBT. Os graduandos de Fisioterapia, dentre outros cursos de saúde avaliados no manuscrito, não tiveram a abordagem da temática nas disciplinas por eles cursadas, demonstrando a importância de se incluir o tema na matriz curricular e a elaboração de ações a favor da saúde da população LGBT. Os autores ainda sugeriram que outros estudos nessa mesma linha de pensamento sejam formulados, e que as matrizes curriculares incluam a temática em disciplinas específicas e com contexto de interdisciplinaridade para melhor desenvolvimento das competências e habilidades dos profissionais da saúde que irão atuar no atendimento de pessoas LGBTI+.

Até a confecção desta monografia a Fisioterapia não possui especialidades na Saúde sexual masculina, tanto heterossexual masculina quanto LGBTI+.

A ABRAFISM (Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher) incentiva e orienta o ensino de diversidade sexual durante a formação do profissional de Fisioterapia.

3.2. SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT IAP+ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Historicamente a população LGBTI+ é colocada à margem da sociedade tendo seus direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009), atravessados por diversas barreiras, tais como: como a violência e o preconceito de gênero na luta para conseguir uma condição de vida digna.

Um exemplo emblemático do preconceito sofrido por mulheres bissexuais, lésbicas e homens trans acontece dentro do sistema de saúde com a imposição da heteronormatividade estabelecida pelos profissionais de saúde no momento de seus atendimentos em serviço de ginecologia. Muitas vezes essas pessoas são humilhadas ou negligenciadas no seu atendimento. Heteronormatividade é um pensamento que impõe a heterossexualidade como padrão único e absoluto e, qualquer oposto a este pensamento esta sujeito à marginalização, de modo que as demais orientações sexuais são silenciadas, ignoradas, e perseguidas através de praticas sociais discriminatórias, além de crenças políticas e religiosas (BUTLER, 2003; LOURO, 2004). O fato em não se ser heteronormativo, muitas vezes, ainda é vista com estranheza e a homossexualidade (condição) é entendida como homossexualismo (doença) por profissionais que não foram preparados para trabalhar com a diversidade.

Homossexualismo é um termo antigo. Em agosto de 1870, o doutor K.F.O. Westphal, nos "Archives de neurologie" caracterizou o homossexualismo como "sensibilidade sexual contrária". Ele tratou como perversão qualquer relação sexual que ocorresse entre iguais que impossibilitasse a procriação (VIEIRA, 2009). Então, o homossexualismo, nome conferido pela classe médica à época foi tratado e estigmatizado como doença através da Classificação Internacional de Doenças (CID) visto como desvio sexual, na categoria 320 "personalidade patológica" em 1948. A Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza o CID como um documento padronizado capaz de classificar e definir as doenças para todos os seus países membro. Em 1965 já em sua oitava revisão, o CID mudou a classificação e a colocou em uma nova categoria a 302, porém ainda aparecia como "desvio e transtornos Sexuais", mantendo-se como subcategoria 302.0, perpetuando a mesma visão até a revisão de 1975, tendo a adição de uma orientação da OMS para este código de tratá-la como um transtorno mental.

O DSM V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* em inglês ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em português – quinta edição) aborda patologias na área da saúde mental e muitas dessas patologias se relacionam com a sexualidade, tais como a disforia de gênero, trazendo mais uma vez a

importância a que deve ser dada as questões sobre sexualidade, pois ela tem um impacto direto na vida e na saúde das pessoas.

No contexto nacional, o Conselho Federal de Medicina no Brasil, através de muita pressão dos movimentos sociais, cedeu e retirou a homossexualismo, código 302.0 em nove de fevereiro de 1985, do guia do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social passando para o código 2062.9, que atribui “outras circunstâncias psicossociais”, seguindo ao lado de outra categoria vista como “desemprego, desajustamento social, tensões, psicológicas” (CARNEIRO, 2015). Mas foi apenas em 17 de maio de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o “homossexualismo” da CID-10. A partir de então substituiu-se o referido termo por “homossexualidade”, uma vez que no contexto médico o sufixo “ismo” remete à doença (COELHO, 2020). Sobre a transexualidade, especificamente, então, desde 2019, através 72ª Assembleia Mundial da Saúde realizada em Genebra, que a Organização Mundial da Saúde oficializou a retirada dessa condição como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID-11). Com isso, a transexualidade passa a ser encarada como qualquer outro tipo de desordem psicológica, no caso, disforia de gênero (PASCOAL, 2021). As políticas públicas que eram praticadas na época produziam instituições de educação em saúde com a mentalidade de que era importante formar alunos que se aliavam aos mesmos estereótipos tradicionalistas de gênero, para perpetuar as mesmas práticas regadas a preconceito de gêneros exclusão dos indivíduos LGBT+.

No Brasil a primeira tentativa de reparar anos de falta de apoio à população LGBTI+ e a sua saúde se deu com o programa DST/AIDS em 1983. Décadas depois, em 2004 foi criado o “Brasil sem Homofobia”, um programa constituído por amplas recomendações aos setores do governo, visando assegurar as políticas necessárias, assim como os programas e ações de enfrentamento ao preconceito e discriminação, promovendo equidade no acesso a população LGBT+ aos serviços de saúde e serviços públicos (BRASIL, 2013).

No programa Brasil sem homofobia dentro de seu plano de ação, o item VI que diz respeito ao “Direito à Saúde” determina que os tratamentos e os atendimentos devam ser feitos de forma igualitária e promover o apoio aos investimentos na formação, capacitação de profissionais da saúde com o intuito de incentivar as mudanças nas atitudes dos profissionais de saúde para com a população LGBT+(BRASIL, 2004). A conferência Nacional de Saúde em sua 13ª edição, ocorrida

em 2007 reforçou o determinante social da saúde a orientação sexual e a identidade de gênero (BRASIL, 2013). Todo o esforço dos movimentos sociais atuando em conjunto e o ente governamental em 2011 conseguiram a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), que garantia a inclusão do Processo Transsexualizador, cuidados especiais no adoecimento mental dessa população em função do sofrimento da não aceitação social.

Somente em 2019 o Conselho Federal de Medicina reduziu a idade mínima para realização da CRS de 21 para 18 anos e o início do tratamento hormonal de 18 para 16 anos, entendendo a necessidade de proteger os pacientes de sofrimento mental e de acessarem tratamentos inadequados e perigosos a sua saúde por não terem acesso legal ao tratamento no SUS (CFM nº 2.265/2019). Dessa forma, nos termos do art. 5º da Resolução CFM nº 2.265/2019, o atendimento às pessoas transgêneros deverá ser feito por uma equipe médica multidisciplinar composta por pediatra (menores de 18 anos), psiquiatra, endocrinologista, ginecologista, urologista e cirurgião plástico (BRASIL, 2019), mas não faz inclusão dos profissionais de Fisioterapia neste processo tão delicado, sendo ainda mais necessário esse acompanhamento pelo Fisioterapeuta no pós-cirúrgico da CRS, sendo essa a atuação do fisioterapeuta mais prevalente para esses indivíduos.

Mesmo com todo o avanço conseguido com a criação de políticas públicas que protegem e abraçam a população LBGTI+ o silenciamento e a exclusão da população LBGTI+ continua acontecendo, ganhou o apoio de um governo conservador que ameaçou a permanência dos direitos alcançados. Felizmente o governo atual, o mesmo que no passado lançou o Programa Brasil Sem homofobia retornou, nos dando um vislumbre de novas perspectivas na área de saúde.

No IFRJ CReal os cursos de saúde possuem diretrizes curriculares semelhantes a outras IES (Instituições de Ensino Superior) com componentes curriculares generificados que perpetuam ainda a ideia do pensamento heteronormativo. Disciplinas que ainda propagam a visão de uma sociedade binária-cis¹, separadas em seguimentos fixos como “caixinhas” aos quais devem ser colocados os indivíduos encontrados no sistema de saúde, disciplinas essas: Saúde da Mulher; Mulher e Sociedade; Saúde do Homem e do trabalhador; Homem, sociedade e saúde trabalhadora, os docentes que

¹ Cis (abreviação de cisgênero): pessoa que se identifica com o sexo biológico de nascimento.

lecionam essas disciplinas possuem autonomia para conduzi-las com liberdade, porém o espaço para inclusão da população LGBTI+ dentro dessas disciplinas ainda é muito escasso e depende, via de regra, de um interesse particular do próprio professor. Felizmente há uma reforma curricular em curso (COFFITO, 2018), que tenta, em alguma medida reparar essas grandes caixas de conteúdos generificados.

4. METODOLOGIA

Este trabalho é um levantamento bibliográfico de caráter exploratório de publicações que abordam o papel da fisioterapia na saúde a comunidade LGBTI+, cuja abordagem será descritiva.

Primeiro foi realizada uma busca a partir dos convidados participantes da mesa redonda “Perspectivas clínicas e científicas da Fisioterapia junto a comunidade LGBTI+, em que tomaram parte Mônica Lopes, Mariane Castiglione, Mauro Luis Barbosa Júnior, Angélica Leite, ocorrido no COBRAAF XXIV em 2022, porém não havia a transcrição das falas da mesa nos *Anais* do evento. Partiu-se para uma busca no *LinkedIn* e no *Lattes*, para captação dos trabalhos destes participantes. Entretanto não eram suficientes para compor uma revisão mais extensa.

Percebendo a escassez de trabalhos, partiu-se para outros fontes e foi realizado um mapeamento sobre trabalhos que contemplassem a importância de um olhar ampliado em saúde de forma inclusiva tendo como interesse principal encontrar o que se tem feito em relação à população LGBTI+ e a necessidade do debate na formação do fisioterapeuta nessa atividade.

Em princípio foram usadas como base principais de busca as plataformas de dados *online* específicas que detenham um acervo de trabalhos de fisioterapia relevantes, tais como: Pedro, *PubMed* e BVS. Em adição lançou-se mão de outras bases mais abrangentes, tais como: Capes, *Google* acadêmico.

As palavras-chave de busca foram: fisioterapia + saúde lgbt + políticas públicas + transgênero + diversidade sexual. Mesmo que tenhamos escolhido tratar essa população como LGBTI+, a palavra-chave LGBT é mais abrangente e consegue captar o restante das outras variações de siglas correlacionadas. O recorte temporal escolhido foi dos textos disponíveis entre 2000 até 2022. O critério para inclusão dos trabalhos era que fossem diretamente ligados à prática da Fisioterapia e que fornecessem propostas de tratamento, disponíveis em texto completo de forma gratuita. Foram excluídos estudos duplicados ou quando o estudo tinha acesso limitado na plataforma.

O resultado apurado está exposto a seguir:

5. RESULTADOS

Foram utilizadas as plataformas de pesquisa *online* Pedro, *PubMed*, *BVS*, *Capes* e *Google* acadêmico para compor o escopo de trabalhos. O recorte temporal escolhido foi dos textos disponíveis entre 2000 até 2022, tendo em vista a iminente escassez de material publicado. A busca está detalhada no quadro abaixo:

Título do artigo	PeDro	PubMed	BVS	Capes	Google Acadêmico
Funções e disfunções pélvicas: papel da fisioterapia pós cirurgia de afirmação de gênero em mulheres transexuais (PAGANINI et al. 2021)			X	X	
Physiotherapists vary in their knowledge of and approach to working with patients who are LGBTQIA1: a qualitative study (ROSS e SETCHELL, 2019)		X			
Repercussões a redesignação sexual masculino para feminino e a atuação da Fisioterapia (CAMPOS et all. 2019).					X
O cuidado fisioterapêutico na atenção à saúde da população transvestigênere – rastreamento de necessidades trans específicas (MOUTINHO, 2022).					X
Assistência fisioterapêutica na qualidade de vida de mulheres transgênero submetidas à cirurgia de transgenitalização: uma série de casos (POLICARPO et al, 2021)					X
Fisioterapia na funcionalidade do assoalho pélvico de transexuais submetidos à cirurgia de readequação sexual: revisão integrativa de literatura (RODRIGUES, 2022)					X
Fisioterapia e cirurgia de redesignação sexual em mulheres transgêneras: uma revisão sistemática (SANTOS, 2021)					X
A fisioterapia na pós-cirurgia de redesignação sexual - masculino para feminino (MARTINS, et all. 2022)					X

Quadro 1. Resultado da triagem da busca bibliográfica

Na Plataforma Pedro, com as seguintes palavras chaves: *Physiotherapy*, LGBT, retornou zero publicações. Com a palavra *transgender* retornou apenas um trabalho falando de reabilitação de pacientes com HIV, mesmo assim o texto informou “São necessários estudos de maior qualidade com populações mais diversas, como mulheres, idosos e indivíduos transgêneros” (NOSRAT, SANAZ *et al*, 2017), ou seja, foge ao escopo do estudo.

Ao utilizar as palavras chaves: *Physiotherapy*, *sexual diversity*, obteve um retorno de zero publicações.

A plataforma BVS, utilizando as palavras chaves: Fisioterapia, diversidade sexual retornou zero publicações também. Já utilizando as palavras-chave: Fisioterapia e LGBT retornaram cinco resultados, dentre eles, somente um está ligado diretamente à Fisioterapia, sendo o mesmo resultado encontrado na base de dados do *Google Acadêmico*, e na plataforma CAPES quando se usa a combinação das palavras fisioterapia x transgêneros. Por ter sido encontrado em três fontes distintas este será exposto em primeiro lugar, sendo ele:

Quando foi consultada a plataforma CAPES, utilizando as palavras: Fisioterapia e LGBT, houve um retorno de zero publicações. Ampliando a busca e utilizando a combinação Fisioterapia x transgênero surgiram 2 trabalhos: LIMA, GABRIEL PAZ *et al* (2021) que já foi exposto acima e PAGANINI, ROBERTA, *et al* (2021), pois aparece sobre o mesmo critério de busca no Portal CAPES e no *Google Acadêmico*.

Já na plataforma Pubmed, utilizando as palavras: *Physiotherapy*, *sexual diversity*, tivemos um retorno de zero publicações. Quando utilizadas as palavras-chave: *Physiotherapy* e LGBT obteve-se um retorno de quatro resultados, sendo dentre eles somente um resultado ligado a Fisioterapia diretamente. Quando se altera a busca com a combinação “*Physiotherapy* e *transgender*” aparecem 9 resultados, tivemos um retorno de zero publicações que se enquadrem a seleção desta monografia.

Quando foi utilizada a combinação de palavras de busca fisioterapia e LGBT houve um retorno de aproximadamente 1.920 resultados, dentre estes foram selecionados 6 artigos relacionados diretamente a Fisioterapia e que abordassem práticas em atendimento à população LGBTI+, para a seleção de exclusão os critérios adotados foram resultados que se referenciava a escopo para implementação de disciplinas, trabalhos que referenciam exclusivamente áreas de enfermagem, medicina, psicologia dentre outras áreas da saúde, intervenções utilizadas que não se fazem permitidos de uso da Fisioterapia. Quando a combinação de palavras é alterada para Fisioterapia e transgênero o resultado da busca é de 1520, sendo que apenas em oito deles há a relação direta com a Fisioterapia, sendo um deles já abordado no resultado da plataforma Capes (PAGANINI, ROBERTA, *et al* 2021)

Physiotherapists vary in their knowledge of and approach to working with patients who are LGBTQIA1: a qualitative study (ROSS e SETCHELL, 2019)

O artigo é baseado nas crenças e nas lacunas de conhecimento encontradas pelos fisioterapeutas na Austrália no atendimento a pacientes LGBTQIA+. Trata-se de um estudo qualitativo por meio de pesquisa online de forma qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados usando *Qualtrics* (www.qualtrics.com). Os profissionais foram escolhidos através das mídias sociais, contato pessoal e através da organização nacional de Fisioterapia e seus subgrupos. Neste estudo, os fisioterapeutas foram abordados com 3 diferentes temas que estão relacionados em como eles tratam ou trataram indivíduos que se identificassem LGBTI++. Esses temas foram divididos em: 1 ° tratar a pessoa como um todo dentro dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais; 2 ° tratar a todos igualmente. Este tema engloba a noção de que os fisioterapeutas devem tratar todos da mesma forma e fornecer cuidados iguais para todos os pacientes. Identidade de gênero e/ ou orientação sexual foram geralmente posicionadas como fatores separados e que não influenciam o tratamento fisioterapêutico. Uma terceira ramificação foi a de tratar a parte do corpo como um membro isolado. Essa discussão abrangeu respostas que sugeriram que os fisioterapeutas têm atitudes e crenças que indicam que a informação sobre os indivíduos se identificarem como LGBTQIA+ não se torna relevante frente a prática da fisioterapia. Este quesito das respostas obtidas na pesquisa demonstrou a forma como os fisioterapeutas entendem que devem separar a “pessoa” da “parte do corpo” tratando de formas diferentes ao invés de oferecer um tratamento globalizado levando em consideração o impacto psicossocial dentro do cuidado. Essa linha de pensamento demonstra a ideia de que a fisioterapia não precisa ser adaptada ou modificada, de forma alguma, para os membros da comunidade LGBTQIA+. Neste estudo, profissionais inclusivos e reflexivos demonstraram os mais altos níveis de conhecimento e compreensão sobre gênero e orientação sexual e como eles podem se relacionar com a fisioterapia, demonstrando confiança na abordagem fisioterapêutica de forma mais humanizada e sensível com pacientes que se identificam como LGBTQIA+. Os fisioterapeutas reconheceram que são necessárias mudanças organizacionais e sistêmicas mais amplas que vão além dos modelos biopsicossociais, que não apenas fatores contextuais individuais como a interseccionalidade e ambientais, adotar ações como, criar um espaço seguro exibindo diversas imagens de pessoas e LGBTQIA+ demonstrariam pertencimento aos locais de saúde, mas também aspectos culturais e históricos são importantes para melhorar a saúde dos indivíduos que se identificam como LGBTQIA+.

O cuidado fisioterapêutico na atenção à saúde da população transvestigênera – rastreamento de necessidades trans específicas (MOUTINHO, 2022).

Este estudo aborda o processo transexualizador através de uma pesquisa de opinião, realizada via questionário eletrônico disponibilizado por meio da plataforma Google Forms, divulgado através das redes sociais Instagram, Twitter, Whatsapp e Facebook, sendo disponibilizado para todo o território nacional, tendo como critérios para inclusão na pesquisa: auto identificação como pessoa transvestigênera e ter idade igual ou maior que 16 anos de idade no período de 10 de outubro de 2021 a 30 de janeiro de 2022, e sua multiplicidade e as necessidades advindas do sistema único de saúde, fazendo-se necessária o acompanhamento multiprofissional de qualidade , incluindo-se o fisioterapeuta para o acompanhamento, tratamento de adversidades e proporcionar a qualidade de vida.

O processo transexualizador para pessoas transmasculinas (feminino para masculino) ocorre de forma diferente a principal intervenção cirúrgica na região peitoral, sendo ela a mastectomia para a criação de um aspecto masculino esteticamente agradável, este estudo revela que de seus participantes na pesquisa 62,9%, preferem essa intervenção no seu processo transexualizador, já 11,3% não desejam fazer modificações em seus corpos, ressaltando que nem toda pessoa trans deseja realizar modificações cirúrgicas no seu processo transexualizador, mas acabam por optar outras formas paliativas como faixas elásticas, coletes e adesivos costumam ser utilizados para reduzir o volume das mamas.

Esses métodos muitas vezes realizados sem orientações técnicas e profissionais podem resultar em efeitos colaterais importantes, devido à compressão por longos períodos de tempo, sendo elas, restrição dos movimentos respiratórios, redução da capacidade pulmonar, vertigens, dores no peito, ombros e costas, problemas dermatológicos, displasia da mama e risco de fratura da coluna, dores nas regiões cervical, torácica e lombar. Na busca por minimizar a aparência dos seios, peças como o binder (compressor de tecido elástico), pode resultar em problemas biomecânicos com consequências diretas ao tecido musculoesqueléticos, podendo comprometer a eficácia ventilatória realizada pelo diafragma.

Homens trans também escolhem pela combinação de outras intervenções cirúrgicas como ooforectomia, histerectomia e vaginectomia, modificações corporais realizadas no intuito de alcançar o corpo desejado pelos indivíduos, comumente relacionado a um padrão de corpo cisgênero masculino, mas são pouco realizados por diversos fatores, o baixo acesso, alto custo e a necessidade de acompanhamento clínico e laboratorial frequentes.

O estudo apresenta que a maioria das pessoas transmasculinas decide por preservar seus genitais mantendo os cuidados a saúde reprodutiva e sexual ligadas à sua estrutura corporal biológica, sendo um destes motivos o desejo a paternidade, demonstram o desejo em engravidar, reforçando a importância do acompanhamento ginecológico na promoção de saúde além de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, dentro das ações de prevenção está os exames ginecológicos, o exame pélvico sendo um procedimento de grande exposição, pode gerar desconforto, sendo assim, muitos transmasculinas evitam a procura pelo atendimento ginecológico, mesmo concordando com a sua importância, essa atitude aumenta o risco de contração de doenças sexuais e o não diagnóstico de outras patologias como o câncer de colo de útero (CCU). Segundo o apontamento do estudo o CCU é o terceiro tipo de câncer com maior incidência no Brasil em pessoas que possuem útero.

O Papanicolau é o principal exame para o rastreio do CCU, onde se coleta células da ectocérvice e da endocérvice, através da raspagem do colo do útero, para análise laboratorial microscópica. As pessoas transmasculinas são as que menos demonstram propensão a realização de exames ginecológicos, por diversos motivos, além de toda a dificuldade já encontrada no sistema único de saúde para mulheres cisgênero, é somatizada o despreparo profissional ao atendimento a população trans, se deparando com a discriminação como maior barreira na aderência aos serviços de saúde, além do desconforto físico e mental na realização do exame papanicolau relacionado a introdução do espécúlo no canal vaginal que pode apresentar uma atrofia da musculatura e tecidos vaginais, pela utilização de hormônios no processo transexualizador.

Já para mulheres trans e travestis o estudo expôs que a prevenção às disfunções da musculatura do assoalho pélvico (MAP), reduz as limitações nas atividades cotidianas e promovem maior qualidade de vida, tendo em vista que o processo transexualizador de mulheres trans tem um alto índice de efeitos colaterais após a cirurgia de redesignação sexual (CRS), como prolapso de órgãos pélvicos, dispareunia, redução de força muscular do assoalho pélvico, encurtamento do canal vaginal, estenose uretral e disfunções sexuais, miccionais e evacuatórias.

O fisioterapeuta tem um papel importante e essencial no atendimento nos ambulatorios, onde são realizados os acompanhamentos de saúde no processo transexualizador, realizando as intervenções e orientações técnicas necessárias como a correção das alterações posturais, a fisioterapia pélvica nas ações de adequação e tratamento das alterações vaginais, sensoriais e do controle funcional da MAP, relacionadas à cirurgia de redesignação sexual, assim como a manutenção das capacidades musculares e prevenção de complicações pós-operatórias.

Conclui-se então que, ainda que se tenha alcançado importantes conquistas de políticas públicas, muito ainda precisa ser feito e discutido, assim como o estudo e o planejamento para melhorar a qualidade de vida da população transvestigênera no âmbito biopsicossocial. Dentro do acompanhamento multidisciplinar, a Fisioterapia ainda precisa aperfeiçoar o acesso e qualidade dos atendimentos oferecidos, que se apresentam de extrema importância no processo transexualizador, cirúrgico ou não, para garantia de qualidade de vida e saúde.

Funções e disfunções pélvicas: papel da fisioterapia pós cirurgia de afirmação de gênero em mulheres transexuais (PAGANINI *et al.* 2021)

Este estudo aborda a cirurgia de afirmação de gênero com objetivo de analisar as disfunções pélvicas e observar a atuação da fisioterapia no atendimento pós-cirúrgico em mulheres transexuais. Utilizou-se uma revisão da literatura integrativa foram realizadas buscas nas bases de dados PEDro e PubMed, com os descritores em ciências da saúde: “Pessoas Transgênero”, “Modalidades de Fisioterapia”, “Assoalho Pélvico” e “Transexualismo”.

A redesignação sexual (CRS) ou afirmação de gênero, se trata de um procedimento específico para pessoas diagnosticadas com disforia de gênero. Seu objetivo é estabelecer aos transexuais a completa interação entre corpo, mente e identidade de gênero. A redesignação sexual de masculino para feminino é um método cirúrgico utilizado para a reafirmação de gênero sendo caracterizado por diferentes métodos cirúrgicos, porém a mais utilizada é a orquiectomia, que consiste na retirada dos testículos, a criação da cavidade da neovagina e a vaginoplastia, que realiza o revestimento da cavidade, a reconstrução do hiato uretral, a construção dos pequenos lábios e grandes lábios, além da formação clitoris. Neste contexto a atuação do fisioterapeuta está ligada a pós cirurgia da neovagina, no tratamento das disfunções do assoalho pélvico que possam ocorrer, com o objetivo de oferecer uma melhor adequação da musculatura pélvica à sua nova inserção e à nova função, disponibilizando orientações e exercícios para manutenção do canal vaginal, dessensibilização e adequação sensorial, promoção da funcionalidade desta nova inserção muscular ou redução das queixas relacionadas às consequências do pós-operatório.

As técnicas fisioterapêuticas mais utilizadas são: a massagem perineal, eletroestimulação transcutânea do nervo tibial posterior, cinesioterapia, *biofeedback* pressórico e orientações pertinentes às quaisquer queixas que possam surgir.

O estudo apresenta que apesar do SUS ter uma proposta ampla de atendimento igualitário e universal a todos os níveis de assistência de acordo com os princípios e diretrizes do SUS da Lei nº 8.080, o público trans tem muita dificuldade no acesso e permanência aos serviços do SUS, principalmente causados pela trans/travestifobia e escassez de serviços de saúde específicos, todos esses fatores limitam o processo transexualizador, e porventura aumenta os índices de complicações pós-operatórias.

O estudo conclui que existe uma escassez de artigos na literatura sobre a atuação da fisioterapia frente a pacientes trans, com citação dos protocolos e técnicas utilizadas, cita também que mais estudos metodológicos devem ser realizados sobre esta temática.

Repercussões a redesignação sexual masculino para feminino e a atuação da Fisioterapia (CAMPOS *et all.* 2019).

O artigo aborda a redesignação sexual, sendo este um procedimento cirúrgico específico para pessoas diagnosticadas com disforia de gênero, com objetivo de estabelecer aos transexuais a completa interação entre o corpo e a mente, trazendo como objetivo apontar os principais fatores que podem resultar nas complicações pós-operatórias como a estenose e o prolapso da neovagina sendo este o mais prevalente.

A metodologia adotada por este estudo foi uma pesquisa exploratória, retrospectiva, qualitativa e quantitativa, por meio de uma revisão de literatura utilizando artigos livres, gratuitos e completos, de fevereiro de 2017 à novembro de 2017, a partir das bases de dados PEDRo, PubMed, Scielo e BVS, dos 433 artigos encontrados somente 6 foram selecionados para a necessidade do estudo, Não foi encontrado nenhum resultado sobre a intervenção fisioterapêutica após CRS.

O ponto de interesse aqui para o presente estudo é na intervenção fisioterapêutica, a reabilitação e a prevenção de disfunções do assoalho pélvico (MAP), através da Fisioterapia pélvica utilizando de técnicas de contração e fortalecimento muscular específico que realizam o treino do assoalho pélvico (TMAP), promovendo a prevenção de patologias como prolapso vaginal, incontinência urinária, transtorno de desejo sexual, de excitação, a anorgasmia, dispareunia e o estreitamento do canal vaginal para a neovagina. No tratamento do estreitamento, encurtamento vaginal e dessensibilização do canal vaginal, são utilizadas técnicas de dilatação do canal da neovagina através de dilatadores vaginais de silicone com tamanhos gradualmente crescentes de modo progressivo de acordo com a necessidade do quadro clínico.

Pode-se concluir que o Fisioterapeuta possui preparo técnico necessário promovido pela sua graduação e disponível em especializações para atuar no tratamento das complicações funcionais decorrentes após a cirurgia de redesignação sexual, citados acima ainda que o próprio estudo realce a necessidade de aprofundamento em pesquisa científicas no campo da Fisioterapia nas disfunções do assoalho pélvico e principalmente para com a população LGBTI+.

Assistência fisioterapêutica na qualidade de vida de mulheres transgênero submetidas à cirurgia de transgenitalização: uma série de casos (POLICARPO et all, 2021)

Este estudo aborda a Cirurgia de Readequação Sexual (CRS) ou Cirurgia de Transgenitalização, sendo esta uma estratégia de cunho terapêutico para readequação do sexo biológico à identidade de gênero, trata-se de um estudo de casos produzido e realizado pelo Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE) no período de agosto de 2017 a julho de 2018. O desenho de seleção das participantes do estudo selecionou 6 mulheres transgênero submetidas à CRS, com idade mínima de 21 anos, provenientes do ambulatório e Espaço de Cuidado e Acolhimento Transgênero do Hospital das Clínicas de Pernambuco. Foram excluídas mulheres com histórico prévio à CRS de doenças urológicas, neuromusculares e do tecido conjuntivo.

O questionário *WHOQOL-Bref* (*World Health Organization Quality of Life – Bref*) foi aplicado antes e depois do tratamento fisioterapêutico para avaliar a qualidade de vida dessas mulheres. O questionário foi concebido com 26 questões, sendo 2 questões gerais e 24 alocadas nos âmbitos físico, psicológico, social e ambiental, com pontuações de 1 a 5 para cada domínio. Foram consideradas as respostas a cada questão e os domínios foram calculados por um software e geraram um score. Os escores finais variam de 4 a 20, sendo transformada em uma escala de 0 a 100.

Foram avaliadas também as patologias encontradas como incontinência urinária. Caso a voluntária relatasse perda urinária, era aplicado o questionário *International Consultation on Incontinence Questionnaire – Short Form (ICIQ-SF)*. A força dos músculos do assoalho pélvico (MAP) também foram avaliados através do teste *PERFECT* antes e após os tratamentos. Esse teste avalia a função do MAP e possibilitando a análise de fibras de contração rápida e lenta, abordando a força muscular (P) – baseada na escala Oxford, a duração da Contração Voluntária Muscular – CVM (E), a quantidade de CVM sustentadas (R) e o número de CVM rápidas de 1 segundo (F). Na avaliação no teste *PERFECT* as voluntárias foram colocadas em posição ginecológica e foi inspecionada a genitália externa para identificar a presença ou ausência de contração voluntária visível da MAP, através da palpação digital e por toque anal foi avaliado cada item supracitado. O comprimento do canal neovaginal foi avaliado por meio de régua antropométrica do início ao fim da intervenção fisioterapêutica.

A terapia manual foi realizada com objetivo de aliviar dor e tensão muscular por meio de massagem perineal e alongamentos, já o *biofeedback* foi utilizado para ativação do MAP com o uso do aparelho *Neurodyn Evolution* (Ibramed) com recurso do mano vacuômetro pressórico, tendo como parâmetro o esquema PERFECT, por último a cinesioterapia foi realizada para fortalecimento do MAP.

Ao final deste estudo ele apresenta que a Fisioterapia pode melhorar a qualidade de vida dessas mulheres transgenitalizadas através de acompanhamentos específicos e individualizados com foco na funcionalidade do MAP. Entretanto se faz necessário à realização de mais estudos em busca de maiores evidências com ampliação da amostra, desenvolvimento e a validação de instrumentos que abordem as especificidades da população e ampliação na assistência às queixas físicas e funcionais. Todas essas ações buscam o fortalecimento da assistência integral, multiprofissional e interdisciplinar e a ampliação no processo de assistência à saúde da população transgênero no SUS.

Fisioterapia na funcionalidade do assoalho pélvico de transexuais submetidos à cirurgia de readequação sexual: revisão integrativa de literatura (RODRIGUES, 2022)

Este estudo aborda a cirurgia de readequação de gênero (CRS) e a funcionalidade do assoalho pélvico (AP), após a realização da CRS e o papel da fisioterapia nesse contexto.

A transexualidade se trata de uma condição ao qual a pessoa não se identifica anatômica e psicologicamente ao seu sexo biológico. Na CRS para transexuais femininos a mais utilizada é a técnica criada por Burou, nomeada como “inversão peniana” ela aproveita o material proveniente do pênis de maneira inversa para a criação da neovagina, tentando assim preservar a sensibilidade e sua função da nova genitália, é criada uma vulva de aparência natural, e com o posicionamento estratégico da uretra, mantendo a sensibilidade da glândula revertida à clitóris, assim como a criação de um canal vaginal para relações sexuais.

Se tratando de um procedimento de grande magnitude que modifica a anatomia do corpo, é esperado os riscos e os efeitos colaterais ao AP (Assoalho Pélvico), tendo em vista que ele possui um papel importante na funcionalidade do corpo como a sustentação, limitações da massa visceral, condução urinária e fecal, esfinteriana e sexual.

Existem formas de se avaliar o AP, como: a eletromiografia (EMG) capaz de demonstrar diversas alterações clínicas existentes. A perineometria que consiste em um dispositivo mecânico inflável endovaginal, com objetivo de verificar a contração muscular máxima em mmHg ou cmH₂O. A palpação digital, com o uso do teste manual PERFECT, permitindo a avaliação da funcionalidade do AP, sendo capaz de mensurar a intensidade, o número de contrações, tanto rápidas como lentas, além do tempo de sustentação das contrações da musculatura, sendo capaz também, de avaliar a musculatura acessória dos músculos adutores, glúteos e oblíquos do abdome na cocontração, assim como a coordenação muscular e a orientação e elevação das estruturas pélvicas em sentido cranial.

A avaliação da integridade da sensibilidade e da manutenção dos reflexos são importantes, pois a preservação da função sexual tem impacto direto na qualidade de vida da mulher que passou pela CRS.

O estudo realizou uma de revisão integrativa de literatura, através de busca bibliográfica digital em artigos científicos publicados em revistas eletrônicas, no período entre os anos de 2011 a 2021, nas bases de dados eletrônicas PubMed, BVS, Periódico CAPES, Scielo, Science Direct e Google Acadêmico. Através da escala *Downs and Black* desenvolvida para validar a qualidade e a força dos estudos selecionados. O que precisa ficar claro é que, mesmo que este artigo tenha feito uma busca de artigo, este se difere do nosso pelo fato de que não queríamos fechar as palavras-chave em cirurgia de redesignação sexual, mas sim, a curiosidade residiu em buscar a atuação mais ampla do fisioterapeuta para esse público.

Os estudos utilizados tiveram como objetivo avaliar a fisioterapia no tratamento da funcionalidade do assoalho pélvico de mulheres transexuais submetidas à CRS.

Ao final deste estudo ele demonstra que a fisioterapia é capaz de reduzir significativamente a gravidade do desconforto do assoalho pélvico, assim como o desconforto urinário e a qualidade de vida como um todo, assim como atuar na prevenção das disfunções do AP, utilizando de exercícios de fortalecimento muscular e percepção do períneo e reforçando o mecanismo de continência e da coordenação dos músculos do assoalho pélvico (MAP).

Ainda que o estudo demonstre os benefícios da Fisioterapia no tratamento das disfunções do Assolho Pélvico, aponta, ainda, a escassez de investigações sobre esta disfunção no campo geral da saúde, bem como da fisioterapia e seus possíveis tratamentos.

Fisioterapia e cirurgia de redesignação sexual em mulheres transgêneras: uma revisão sistemática (SANTOS, 2021)

O estudo trata de uma revisão sistemática utilizando diversos outros estudos do campo da Fisioterapia e sobre a cirurgia de redesignação sexual de mulheres transgênero. Por meio de palavras chaves a busca foi realizada nas plataformas digitais Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Cochrane*, *PubMed* e *SciELO*, com a ferramenta *Rayyan de Ouzzani et al* (2016) foram analisados os resultados das buscas. Através de duas avaliadoras (MRDZ e NSS) analisaram cegamente os títulos e resumos, e em caso de conflito uma terceira avaliadora (MTPA) faria a análise.

A cirurgia de redesignação de gênero é um dos principais métodos utilizados na atualidade no tratamento de pessoas transgênero que buscam alinhar física e psicologicamente seu corpo. Das condições adversas que podemos encontrar após a CRS, temos as disfunções do Assolho pélvico que podem se apresentar como incontinência urinária e fecal, constipação intestinal, dor abdominal baixa e na bexiga, diminuição de sensibilidade ao ato sexual e dor, além de complicações cirúrgicas como prolapso da neovagina, prolapso de órgãos pélvicos, deiscência cicatricial, estenose do canal vaginal que se caracteriza pelo encurtamento dessa estrutura, pode trazer dispareunia.

O estudo aponta que apesar das mulheres que se submeteram a CRS terem recebido a indicação pra realizar fisioterapia após a cirurgia e receberem as explicações necessárias, a aderência ao tratamento fisioterapêutico é uma decisão voluntária. A baixa procura dessas mulheres trans ao tratamento fisioterapêutico, evidencia a resistência da população transgênera a receber cuidados, devido às experiências ruins já sofridas no sistema de saúde.

O estudo encontrou como principal fator limitante a escassa literatura disponível sobre à fisioterapia na saúde da mulher transgênera. Estudos com metodologias quantitativas e qualitativas demonstraram uma discussão mais ampliada a respeito das demandas físicas e comportamentais destas mulheres, sendo aliados na inserção do fisioterapeuta nesta área.

O estudo conclui que as produções científicas que dialogam sobre o cuidado fisioterapêutico para com a mulher trans são escassas, mas se apresentam de forma promissora e demonstram a sua necessidade perante os bons resultados apresentados. A necessidade de se produzir mais estudos para esta população se apresenta novamente, evidenciando suas demandas específicas e deixando clara, a importância das melhores estratégias e condutas para o atendimento as mulheres trans. Levando-se em consideração uma metodologia semelhante ao que utilizamos para essa monografia, o resultado da busca deste artigo demonstra que as produções científicas a cerca da fisioterapia no cuidado da mulher trans é escassa, podemos perceber também em comparação as produções a respeito do homem trans é menor ainda o avanço científico.

A fisioterapia na pós-cirurgia de redesignação sexual - masculino para feminino (MARTINS, et all. 2022)

O estudo aborda as ações da Fisioterapia no pós-cirúrgico da redesignação sexual (CRS), sendo um método cirúrgico utilizado no processo transexualizador masculino para feminino, onde ocorre a criação da neovagina a partir do material peniano, sendo esta a ultima etapa do processo transexualizador.

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, as buscas foram realizadas através da internet nas plataformas *Google Acadêmico e SciELO*, com os critérios de inclusão de materiais publicados a partir de 2003, com exceção de um material publicado no ano de 1989, que categoriza gênero através de um recorte histórico, todos em língua portuguesa e que mais se aproximaram do tema.

O processo transexualizador se caracteriza através das linhas de cuidados disponibilizadas na atenção básica e na atenção especializada, em modalidades ambulatorial e hospitalar garantindo o respeito ao uso do nome social.

Trata-se de um processo longo de aproximadamente dois anos com duas fases, tendo como ultima fase deste processo a cirurgia de redesignação. Na primeira etapa é realizado o diagnóstico através da equipe multidisciplinar, a experiência de vida em que indivíduos recebem orientação e auxílio para apresentar-se conforme os padrões femininos no comportamento corporal e modulação de voz, na segunda são iniciados a hormonização alterando as características sexuais ao final desta etapa é realizada a CRS.

Como toda cirurgia pode trazer complicações a CRS não foge a regra, principalmente se tratando da magnitude da modificação que ela gera ao corpo, as disfunções do assoalho pélvico pós cirúrgicas geralmente se apresentam como prolapso vaginal, má formação de cicatriz, estreitamento do canal vaginal, podendo gerar dor e alterações de sensibilidade, principalmente ao ato sexual, estenose do meato onde ocorre um estreitamento de uma parte do canal da uretra, gerando disfunções miccionais. A fisioterapia tem um papel fundamental na prevenção e no tratamento dessas disfunções, trabalhando na reabilitação do assoalho pélvico e períneo.

O assoalho pélvico é uma estrutura complexa formada pelo conjunto de constituído de 13 músculos, os músculos elevadores do ânus e os músculos coccígeos constituem parte do diafragma pélvico, os músculos superficiais do períneo, isquiocavernoso, bulboesponjoso, músculo esfíncter da uretra integrante do diafragma urogenital, músculo levantador do ânus se dividindo em quatro partes, sendo elas: iliococcígeo, pubococcígeo, pubovaginal e puboretal.

O assoalho pélvico possui estruturas responsáveis por fornecer sustentação a músculos, ligamentos e fâscias. As disfunções e enfraquecimento do AP provenientes de cirurgias ginecológicas podem gerar incontinência urinária, retenção urinária, prolapso e dispareunia.

Existem métodos fisioterapêuticos que podem ser utilizados frente a uma estratégia de reabilitação. A musculatura pélvica precisa ser readequada a sua nova conformação e função. Neste processo pode ser utilizado a estimulação elétrica, o *biofeedback*, dilatadores vaginais para a prevenção do estreitamento do canal vaginal ou no tratamento após a ocorrência, o uso de vacuoterapia clitoriana e estímulos vibratórios que pode tratar a falta de sensibilidade nas estruturas.

O estudo conclui que se existem métodos fisioterapêuticos eficazes e comprovados no tratamento de disfunções do assoalho pélvico em mulheres com sexo biológico feminino, com mulheres transexuais as disfunções são as mesmas ou parecidas, logo, a fisioterapia é eficaz no tratamento dessas disfunções em mulheres transgênero.

6. DISCUSSÃO

Os estudos apresentados nos trazem um levantamento de dados científicos a respeito do que se tem hoje disponível a nível mundial de trabalhos fisioterapêuticos e intervenções oferecidas à população LGBTI+.

Levando-se em consideração que as metodologias utilizadas para os estudos foram diferente entre si, a janela temporal de busca utilizada por esta monografia, se aproxima com as apresentadas pelos estudos. Ainda assim podemos observar que e o avanço nas pesquisas científicas não foi tão grande em questões técnicas e de intervenções fisioterapêuticas significativas à população LGBTI+.

Esta monografia trata exatamente desse conhecimento fisioterapêutico que se apresenta de forma escassa, demonstrando que através dos poucos estudos que estão disponibilizados atualmente no mundo, o avanço fisioterapêutico tem muito potencial na pesquisa à população LGBTI+ trazendo benefícios aos indivíduos que necessitam deste serviço.

ROSS e SETCHELL, 2019 utilizam de uma metodologia diferente da utilizada nesta monografia. Eles apresentam dados de pesquisa importantes realizados diretamente com os fisioterapeutas que tiveram ou tem realizado em sua atuação profissional o atendimento a população LGBTI+ demonstrando a importância do olhar humanizado que a Fisioterapia precisa levar a cada indivíduo, ressaltando ainda que a partir do avanço do conhecimento fisioterapêutico a qualidade necessária para alcançar um acesso igualitário no atendimento a esta população, respeitando suas especificidades.

MOUTINHO, 2022 realizou uma pesquisa de opinião através da plataforma *Google forms* no período de 2021 a 2022, o resultado da busca deste artigo se correlaciona ao que se propõe esta monografia o que difere do nosso é o tempo do recorte e a metodologia aplicada. O nosso foi de 2000 até 2022. Sendo assim, sugere-se que não houve avanço nas publicações entre 2020 e 2022.

MARTINS, *et all.* 2022 Aborda uma metodologia semelhante às buscas que utilizamos para essa monografia, o recorte teórico deste artigo se deu a partir de 2003 não especificando uma linha limite de busca. No que o presente estudo diferiu foi no recorte teórico. O nosso foi de 2000 até 2022, com uma linha temporal mais ampla.

SANTOS, 2021 A nossa monografia realizou uma busca sistemática na literatura como tempo recorte de 2011 até 2022 e podemos observar que não houve avanço significativo nas produções científicas nas publicações entre 2000 e 2022. Levando-se em consideração uma metodologia semelhante ao que utilizamos para essa monografia, o resultado da busca deste artigo demonstra que as produções científicas a cerca da fisioterapia no cuidado da mulher trans é escassa, podemos perceber também em comparação as produções a respeito do homem trans é menor ainda o avanço científico.

RODRIGUES, 2022 apresenta neste estudo uma metodologia semelhante ao que utilizamos para essa monografia. No que o presente estudo diferiu foi no recorte teórico. O nosso foi de 2000 até 2022 e o deles de 2011 até 2021. Sendo assim, sugere-se que não houve avanço significativo nas publicações entre 2011 e 2022, demonstrando a lentidão no avanço das pesquisas a população LGBTI+.

POLICARPO *et all*, 2021 utilizando de uma metodologia de estudos de casos no período de 2017 a 2018, os resultados obtidos neste estudo ainda se mantêm os mesmos. Considerando uma metodologia de análise sistemática para essa monografia, o resultado da busca deste artigo foi próximo do nosso, difere no tempo do recorte. O nosso foi de 2000 até 2022, sugere-se que ainda havendo avanço entre 2017 e 2022 ainda foram poucos.

CAMPOS *et all*. 2019 Este trabalho também se assemelha a nossa monografia com a abordagem de sua metodologia, o resultado da busca deste artigo foi próximo do nosso, pois não foi encontrada nenhum trabalho na plataforma Pedro e encontraram 9 resultados na plataforma *PubMed*. No que o presente estudo diferiu foi no recorte teórico. O nosso foi de 2000 até 2022 e o deles somente foi concentrado no ano de 2017. Sendo assim, sugere-se que ainda que se tenham obtidos avanços nas publicações, ainda assim são poucas as publicações entre 2020 e 2022 sobre a fisioterapia no atendimento a saúde LGBTI+.

PAGANINI *et all*. 2021 Levando-se em consideração uma metodologia semelhante ao que utilizamos para essa monografia, o resultado da busca deste artigo foi próximo do nosso, pois não foi encontrada nenhum trabalho na plataforma Pedro e encontraram 9 resultados na plataforma *PubMed*. No que o presente estudo diferiu foi no recorte teórico. O nosso foi de 2000 até 2022 e o deles de 2010 até 2020. Sendo assim, sugere-se que não houve avanço nas publicações entre 2020 e 2022.

7. CONCLUSÃO

As produções científicas sobre o cuidado do fisioterapeuta para com a comunidade LGBTI+ é escasso, porém, se demonstra promissor e, além de tudo necessário, conforme as técnicas e modelos e intervenções apresentados. Reside majoritariamente na atuação do fisioterapeuta na reabilitação de pós-operatório do processo transexualizador para mulheres trans, sendo a atuação fisioterapêutica em apoio ao homem trans ainda insipiente. A atenção de outras identidades e orientações sexuais e de gênero são negligenciadas por não se considerar importante. É visível, também, a preocupação em se acolher de maneira humanizada esses pacientes, já que esses indivíduos estão constantemente a mercê do preconceito nos estabelecimentos de saúde, locais esses que deveriam oferecer acolhimento e segurança, perpetuado por profissionais despreparados que no simples ato de não respeitar o nome social do paciente, por exemplo, perpetuam atitudes heteronormativas características de todo o tipo de preconceito.

Um passo para a tentativa em debelar esse problema seria promover uma formação adequada para se tratar a diversidade de corpos, pois ainda é aflitiva a fuga desse tipo de paciente pelo atendimento indigno e estigmatizado que geralmente lhe é dado. Sendo assim, gostaríamos com esse trabalho de destacar que a reforma curricular prevista para Fisioterapia é uma possibilidade em diminuir o preconceito e a LGBTIfobia no atendimento à saúde. Esperamos que o livre diálogo e a sensibilização da comunidade acadêmica a favor da inclusão do cuidado para a diversidade sejam abordados de forma definitiva dentro do currículo.

Isto posto, torna-se evidente, a necessidade de produzir mais estudos para esta população, aprofundando mais em suas demandas específicas, criando novos protocolos aos quais aproximem o indivíduo ao acesso a saúde e melhorem estratégias e condutas para poder melhor atendê-las.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. 2004. Disponível

em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>.

Acesso em: 19 jun 2023.

BRASIL, **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 20 jun 2023.

BUTLER, J.P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Ed. Civilização Brasileira, 2003. 237 p.

CARNEIRO, A.J.S. **A morte da clínica: movimento homossexual e a luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990)**. Anais XXVIII Simpósio Nacional de Historiadores: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. (2015) UFSC. Disponível em:

<http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>. Acesso em: 16 jun 2023.

COELHO, Fernanda. **17 de maio: Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia**. Notícia no site do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.

Disponível em:

<http://ces.saude.mg.gov.br/?p=7850#:~:text=Mas%20foi%20apenas%20em%2017,r eumatismo%2C%20raquitismo%20etc.>). Acesso em 16 jun 2023.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). **Retrospectiva 2018**. COFFITO publica Nota de Esclarecimento sobre Processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Fisioterapia. Disponível em:

<<https://coffito.gov.br/campanha/retrospectiva2018/>>. Acesso em: 15 jun 2023.

CREFITO 5, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

CARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Fisioterapia e Terapia Ocupacional, [s. l.], 2014.

FERREIRA, Maria Carolina Soares; CAMPOS, Sandy Ribeiro; FERREIRA, Ana Paula Melo. **Repercussões da redesignação sexual masculino para feminino e a atuação da Fisioterapia**. E-Scientia, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 8-16 (2018). Editora UniBH.

HADDAD, Ana Estela; PIERANTONI, Célia Regina; RISTOFF, Dilvo; XAVIER, Iara de Moraes; GIOLO, Jaime; SILVA, Laura Bernardes da. **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 15 v.: il. tab.

IBGE, Brasil. **Orientação sexual autoidentificada da população adulta**.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=33558&t=destaques>, 2019. Acesso em: 29 nov. 2022.

LIMA, Gabriel Paz de; SOEIRO, Ana Cristina Vidigal; LIRA, Soanne Chyara Soares. **Saúde da população LGBT+: a formação em fisioterapia no cenário dos**

direitos humanos. Fisioterapia Brasil. 2021; 22(93):346-364. Doi: 10.33233/fb.v22i3.4615.

LOURO, G.L. **Um Corpo Estranho.** Autêntica Editora. 2004.

MACEDO, João Paulo Alves; MORAIS, Cintia Santos Moreira; GALEANO, Luana Lima; SANTOS, Gisele Santana; SILVA, Maria Aparecida Xavier Moreira da. **Políticas Públicas de Saúde à População LGBT: Um Olhar nas Ações de Saúde por meio da Multidisciplinaridade.** Revista Científica Saúde e Tecnologia. V.2, n.1, 2022.

American Psychiatric Association . **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais : DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARTINS, Milena Almeida; SILVA, Maryelli Firmino da; MARTINS, Maria Eduarda Bueno; RIBEIRO, Matheus Henrique Lemos; CABRAL, Fernando Duarte. **A fisioterapia na pós-cirurgia de redesignação sexual - masculino para feminino.** Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 6070-6081, mar./apr, 2022.

MOLTINHO, Thomas Ícaro Balta. **O Cuidado Fisioterapêutico na Atenção à Saúde da População Transvestigênera – Rastreamento de Necessidades TRSNS Específicas.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, [s. l.], 2022.

MONTEIRO, Laissa Fonsêca Tatajuba; JÚNIOR, Waldemar Antônio das Neves; MEDEIROS, Mércia Lamenha de. **Estrutura Curricular de Cursos de Fisioterapia e a Construção das Competências: Uma Revisão da Literatura.** Rev. Port. Saúde e Sociedade. 2020;5(1):1351-1362.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 15 jun 2023.

PAGANINI, Roberta; NAGAHAMA, Adriana; BENETTI, Fernanda Antico; ESTEVÃO, Amanda; CASTIGLIONE, Mariane. **Funções e disfunções Pélvicas: Papel da Fisioterapia Pós Cirurgia de Afirmação de Gênero em Mulheres Transexuais.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 32(1); 68-77, 2021.

PASCOAL, Pedro. **A pressão da existência: a relação entre os papéis e performances de gênero no adoecimento mental da população transgênero.** Monografia de conclusão de Curso de Psicologia. Universidade Estácio. 2021.

PEREIRA, Marylia Santos; PESSOA, Marcilene Glay Viana; OLIVEIRA Adrielle Silva De; BARBOSA, João Victor Pereira; ALMEIDA, Vannessa Carvalho; MELO, Luciana Costa. **Admissão em Enfermarias de Acordo com a Identidade de Gênero: A Experiência de um Hospital de Ensino em Atenção à Política Nacional de Saúde Integral LGBT.** Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia. V.5 n.10 (2018): Suplemento Anais do XXVIII Fórum Nacional de Ensino em Fisioterapia, V Congresso Brasileiro de Educação em Fisioterapia e VI Congresso Nacional da Fisioterapia na Saúde Coletiva

POLICARPO, Júlio; HAZIN, Marina; SILVA, Dayana Roberta da; ANDRADE, Rogerson Tenório de; FERREIRA, Caroline Wanderley Souto; LEMOS, Andrea. **Assistência Fisioterapêutica na Qualidade de Vida de Mulheres Transgênero Submetidas à Cirurgia de Transgenitalização: Uma Série de Casos.** Cad. Edu Saúde e Fis 2021; 8 (17):Pág.e081701

RODRIGUES, Windy Leal; FURLANETTO, Magda Patrícia. **Fisioterapia na Funcionalidade do Assoalho Pélvico de Transsexuais Submetidos à Cirurgia de Readequação Sexual: Revisão Integrativa de Literatura**. UniRitter Faculdade de Ciências da saúde , [s. l.], 2022.

ROSS, Megan H; SETCHELL, Jenny. **People who identify as LGBTIQb can experience assumptions, discomfort, some discrimination, and a lack of knowledge while attending physiotherapy: a survey**. Journal of Physiotherapy 65 (2019) 99–105.

SANTOS, Natália Siste. **Fisioterapia e cirurgia de redesignação sexual em mulheres transgêneras: uma revisão sistemática**. Universidade Federal de São Paulo, 2021.

SILVA, Izabella Jesus. **A Fisioterapia na cirurgia de redesignação sexual da mulher Trans**. UniAGES, Paripiranga, 2021.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade (2002)**. Disponível em: [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf] Acessado em 10 jun de 2023.

VIEIRA, E.M. **A Medicalização do Corpo Feminino**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. 2002.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. **As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana**. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 487-525, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 jun. 2023.